

Economia Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural: Uma Análise Comparativa da Diversificação Econômica do Polo Assu/Mossoró (RN)

RESUMO

Este trabalho visa analisar a economia agrícola e o desenvolvimento rural através da comparação da diversidade econômica de três dinâmicas regionais do Polo Assu-Mossoró, Rio Grande do Norte (RN). Para isso, mostra resultados (econômicos e não-econômicos) a partir de escolhas e estratégias dos agricultores familiares no nível local e das formas como estes obtêm e utilizam recursos disponíveis e compartilham mercados. A metodologia consistiu da comparação das dinâmicas regionais utilizando os princípios da economia institucional para interpretar a mercantilização e os estilos de agricultura, a partir de uma pesquisa realizada com 271 famílias de agricultores de Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel. A hipótese é de que a dinâmica que escolheu o caminho da modernização se caracterizou como de elevada mercantilização e estilos de agricultura especializados e dependentes. E a que escolheu o afastamento gradual do mercado se tornou, no tempo, mais autônoma e menos vulnerável a influências externas. Na busca de um desenvolvimento relativamente autônomo e mediado por instituições, conclui que a análise a que se propõe este artigo torna-se relevante para a busca de um olhar diferente para o debate atual em torno do desenvolvimento do Nordeste.

PALAVRAS-CHAVE

Desenvolvimento Regional. Instituições.
Diversidade. Agricultura Familiar.

Emanoel Márcio Nunes

- Economista;
- Professor de Economia da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN);
- Mestre em Economia pelo Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU);
- Doutor em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS);
- Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Sérgio Schneider

- Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).
- Pesquisador do CNPq.

1 – INTRODUÇÃO

Dois caminhos têm-se destacado ao longo dos anos como pontos de intensas discussões acerca de escolhas quanto às estratégias que proporcionem a geração de riqueza, mas com redução dos níveis de desigualdade e melhores condições para a vida de pessoas de regiões rurais. O primeiro caminho, considerado moderno, visa a resultados econômicos mais imediatos numa aproximação da dependência do mercado, por via de setores de alto potencial capazes de rápida incorporação e alto consumo de elementos externos. As escolhas por este caminho deram forma a uma *crença* baseada nos princípios da economia agrícola que predominou para políticas regionais de modernização da agricultura, a exemplo das direcionadas pelo estado para a região Nordeste a partir dos anos 1970. A partir desta *crença*, ou concepção, a existência de um modelo de exploração tradicional visto como não-capitalista consistia na sua substituição pelo modelo considerado moderno e capitalista. Entretanto, os resultados das escolhas pelo caminho moderno se mostraram muito mais tímidos e localizados, sendo questionado o seu retorno social e econômico para a região, além de causar danos ao meio ambiente com a destruição de parte da diversidade regional. O segundo caminho, e ainda considerado tradicional, a dinâmica econômica é ditada pela combinação de dimensões que vão além do meramente econômico (social, político-institucional e ambiental) em atividades de mais lenta incorporação e maior consumo de elementos internos. As escolhas por este caminho têm sido cada vez mais intensas e têm dado forma a uma *crença* mais voltada para o desenvolvimento rural, a qual defende que este pode ocorrer a partir da transformação e modernização das atividades tradicionais. Por este caminho, leva-se em conta a história, a trajetória e a identidade dos agentes a partir do nível local, acreditando na sua capacidade de escolha e de elaboração de estratégias que possibilitem sua maior participação na construção do desenvolvimento.

A escolha por este segundo caminho exige dos atores econômicos inovações sociais mais de longo prazo nos diferentes níveis (local, regional e global), tendo em vista a necessidade de mudanças e evolução no formato institucional que estimulem a alteração

nas bases técnicas e econômicas da atividade que desenvolvem, neste caso, a agricultura familiar. Assim, baseando-se nos pressupostos da economia agrícola e do desenvolvimento rural a questão central é: quais os resultados frutos das escolhas de agricultores de Alto do Rodrigues, Baraúna, e Serra do Mel, que elaboraram estratégias aproximando-se ou se afastando gradualmente do mercado? A hipótese é de que, enquanto se escolhe a aproximação do mercado mais encadeamentos para trás e para frente, tenta-se realizar, caracterizando-se cada vez mais mercantilizada,¹ pelo alto uso de insumos externos, elevada dependência e maior vulnerabilidade. Por outro lado, a que escolher o afastamento gradual do mercado se tornará, no tempo, mais endógena, autônoma e menos vulnerável.

O presente trabalho se insere na discussão sobre o desenvolvimento rural e regional a partir da diversidade da agricultura familiar e da mercantilização, discussão esta que tem sido realizada especialmente no âmbito da economia institucional e, como veremos a partir do próximo item, possui contribuições nas abordagens de Ronald Coase, Douglass North e Oliver Williamsom. Além destes, autores como Vito Saccomandi enfatizam a análise institucional para interpretar o desenvolvimento rural, dando destaque ainda para Marsden e van der Ploeg, que sustentam a existência de dinâmicas de desenvolvimento rural a partir da mercantilização e de estilos de agricultura. Assim, na seção 2, destaca-se a abordagem institucional da economia agrícola e do desenvolvimento rural e a definição da mercantilização e dos estilos de agricultura; na seção 3, é apresentada a metodologia de pesquisa; na seção 4, são apresentados os resultados da análise das três dinâmicas no Polo Assu-Mossoró; e, por fim, na seção 5, são traçadas as conclusões.

A partir das últimas décadas, vem sendo cada vez mais intensificada, em nível internacional, a discussão sobre as abordagens institucionalistas e suas contribuições nas análises do ambiente econômico e

¹ Aqui, e como veremos mais adiante, a mercantilização é analisada como o resultado do afastamento ou aproximação da dependência do mercado por parte dos atores, onde sua escolha pelo consumo de mais ou menos elementos externos ou internos produz movimentos que os afasta ou os aproxima de certos mercados nocivos a eles, como monopólios, oligopólios etc. Entretanto, isso não significa que os atores não se devam relacionar com estes mercados, mas que se capacitem para se relacionar com mais liberdade e autonomia.

social no processo de desenvolvimento. As instituições são colocadas, em essência, como restrições ao comportamento individual, criadas pelos próprios indivíduos para permitir uma melhor interação entre organizações e atores. Os mais promissores avanços teóricos e empíricos no estudo desse tema têm sido alcançados, nos últimos anos, pela Nova Economia Institucional (NEI). O seu domínio e sua versão econômica, os quais estão destacados neste trabalho, encontram referência em expoentes como Coase (1937); Williamson (2000) e North (1990).

A superação do debate nacional-desenvolvimentista que dava sustentação a uma economia política a partir das abordagens regionais dos anos 1950 e sua substituição pela abordagem territorial a partir dos anos 1970 e 1980 fizeram surgir transformações e desencadear impactos, os quais passaram a provocar estratégias nos diversos níveis. E na agricultura, como constata Eaton e Meijerink (2011), recentes discussões de uma nova agenda de desenvolvimento têm dado ênfase a contribuições e perspectivas que merecem a atenção de pesquisadores e elaboradores de políticas. Isso por tratarem da necessidade de considerar a cultura e o potencial coletivo dos atores e de reforçar sua capacidade na criação e manutenção de mercados locais e regionais. O reconhecimento dessa necessidade passou a caracterizar a perspectiva institucional como adequada para ajudar a interpretar processos de produção e reprodução a partir das escolhas e estratégias dos atores nos níveis local e regional, a exemplo das análises sobre mercantilização e estilos de agricultura.

A definição de instituição tem sido colocada como complexa variando conforme autores e abordagens. Em virtude da sua importância, é oportuno que sua definição seja colocada, dada a vasta profusão de terminologias encontradas na literatura corrente. De um lado, o termo se refere às organizações formais, como empresas, universidades, agências governamentais, adquirindo um sentido mais estrito. Por outro lado, apresenta uma conotação reportando-se à ciência política e a sociologia, incorporando o conjunto de normas e/ou restrições construídas pela sociedade, cujo fim é a redução da incerteza no ambiente econômico e social a partir da redefinição de condutas e comportamentos, os quais possam

modelar as escolhas e decisões dos atores. Para a Nova Economia Institucional (NEI), de meados dos anos 1960, que define outra visão para a economia política do desenvolvimento, as instituições, conforme Coase (1937) e Williamson (2000), são mecanismos da ação coletiva que cumprem o papel de dar ordem ao conflito. No nível local constituem instâncias mediadoras das ações e políticas “de cima” no nível macro em um ponto no qual os indivíduos e suas organizações encontram-se diante das “regras do jogo”, que funcionam como a lógica da ação coletiva. Uma definição mais ampla de instituições é atribuída a North (1990) onde,

Instituições são as regras do jogo em uma sociedade ou, mais formalmente, são as restrições elaboradas humanamente que formam e guiam as interações humanas. [...] estas, correspondendo às regras do jogo, definem escolhas, conformam o ambiente e a sociedade e imputam condutas por meio das restrições formais (constituições, leis, direitos de propriedade, etc.) e informais (costumes, tradições e códigos de conduta, etc.). (NORTH, 1990, p. 3, tradução nossa).

Cabe destacar que grande parte dos estudos sobre instituições procura diferenciar estas da noção de organização. De acordo com North (1990), as organizações estão mais definidas em termos de estruturas de funções reconhecidas e aceitas, enquanto as instituições são crenças, normas, condutas e regras que permitem o desenvolvimento das organizações. De acordo com Eaton e Meijerink (2011), assim como as instituições, as organizações também fornecem uma estrutura para a interação humana e, conceitualmente, regras (que são instituições) devem ser diferenciadas dos jogadores (que são as organizações). Por um lado, segundo Eaton e Meijerink (2011), as regras definem o caminho que o jogo deve ser jogado e, por outro, o objetivo dos jogadores dentro desse conjunto de regras é ganhar o jogo pela escolha da melhor combinação de habilidades, estratégias e coordenação. Uma distinção útil entre diferentes níveis institucionais também foi elaborada por Williamsom (2000), quando procurou distinguir ambiente institucional de arranjos institucionais. Para este autor, arranjo institucional se refere a um conjunto de restrições, ambas formais (leis, contratos etc.) e informais (normas de comportamento social etc.), as quais interagem com o ambiente institucional e condicionam a interação

econômica. Na concepção de Williamsom (2000), o ambiente institucional tem sua aplicação mais adequada para o nível de país ou região. O arranjo institucional, também considerado organizações, se refere mais a estruturas de *governança* e compreende grupos conduzidos por algum objetivo comum. De acordo com Eaton e Meijerink (2011), são exemplos comuns de arranjos, ou estruturas de *governança*, as empresas, os agricultores e as cooperativas (como organização econômica), incluindo também escolas, universidades, igrejas, sindicatos etc. (como organização social e política).

Para alguns especialistas, o desenvolvimento se configura como uma evolução complementar das organizações e instituições. As instituições influenciam o desempenho da economia por seus efeitos sobre os custos de transação e de produção e, com a tecnologia determinam os custos de transação e de transformação na formação dos custos totais. (NORTH, 1990). A análise dos custos de transação vem de Coase (1937), quando este desenvolveu uma teoria para explicar a firma e sua estrutura vertical, a incidência de contratos incompletos e a existência dos custos de organização, ou de transação, que muitas vezes conduzem ao dilema: “fazer ou comprar?” (*make or buy?*). Do ponto de vista institucional, isto representa uma decisão/escolha por parte do ator (nesse caso a firma) quando do momento de realizar combinações para produzir um determinado bem, os custos de transação por *comprar* de fora forem maiores do que os custos de transação por *fazer* internamente. Daí, a decisão de realizar ou não a integração, o que pode resultar em uma lógica endógena, mais autônoma e menores custos de transação e baixa mercantilização, ou uma lógica exógena e dependente, altos custos de transação e elevada mercantilização. Para Coase (1937), isso explica como as sociedades que mais se desenvolveram foram aquelas que escolheram construir mecanismos institucionais capazes de reduzir os custos de transação. Em seu artigo *The nature of the firm*, Coase (1937) defende que os custos de transação podem ser entendidos como os de utilização do mecanismo de preços, ou seja, a parcela de custos adicionais (para além do preço de compra) resultante de uma transação. Tomando o exemplo da interação entre tecnologia e mercados, a qual Ploeg (1994)

utiliza em suas análises sobre a mercantilização e sobre estilos de agricultura, as definições e ferramentas da NEI podem ajudar a explicar padrões de desenvolvimento da agricultura.

O debate em torno da definição do termo *mercantilização* tem origem na palavra *commoditization* e representa, segundo Marsden (1991), um processo amplo de mudança econômica e social direcionada mais para relações de trabalho na indústria. Entretanto, autores contemporâneos têm realizado certos ajustes analíticos no sentido de melhor interpretar e explicar este fenômeno na agricultura e no meio rural. Partindo da perspectiva institucional, a mercantilização na agricultura ocorre, conforme Saccomandi (1998), como resultado de escolhas individuais realizadas a partir do dilema de Coase (1937): “fazer ou comprar?” (*make or buy?*). Considerando o ambiente da agricultura familiar, é a partir das escolhas dos agricultores de inovar e *fazer* internamente ou *comprar* de fora que eles se afastam ou se aproximam da dependência do mercado e definem diferentes padrões de desenvolvimento no meio rural. E esses padrões, se mais endógenos e autônomos ou mais exógenos e dependentes, passam a revelar a combinação de Ploeg (1994) quanto ao uso de recursos, o que define os graus de mercantilização e os estilos de agricultura.

Na concepção de Marsden (1991), destacada por Ploeg (2008), a definição da mercantilização assume formas de encadeamentos para trás e para frente e se desenrolam em diferentes direções podendo ser ativamente aceleradas e/ou retardadas. Servem para analisar o cenário em construção no meio rural, chamado por ele de *commoditization*. Dessa forma, acreditava-se que a realidade econômica e social das formas familiares permanecia sempre em constante mudança, exigindo uma renovação do debate teórico quanto ao entendimento de aspectos intrínsecos às unidades familiares, como autonomia e a dependência nos processos de produção. A isto merece destaque a contribuição de Ploeg (1994) sobre os estilos de agricultura (*styles of farming*). Para Ploeg (1993), a mercantilização diz respeito tanto à externalização dos processos de produção, antes limitados ao interior da unidade produtiva, como a entrada de membros da família em mercados não-agrícolas e outras estratégias de inserção com certa

autonomia. Na relação entre mercados e tecnologia, considerando o ambiente da agricultura familiar, a mercantilização, para Ploeg (1994), é expressa em graus e explica os “estilos de agricultura”, se mais endógenos e autônomos (que escolhem inovar e *fazer* internamente) ou mais exógenos e dependentes (que escolhem *comprar* de fora).

Para Ploeg (1994), os estilos de agricultura surgem como unidades analíticas devido às dificuldades encontradas pelas teorias da economia agrícola da modernização em explicar os diversos padrões de desenvolvimento rural. Na análise da perspectiva nacional-desenvolvimentista dos anos 1950, por exemplo, as abordagens funcional-estruturalistas da modernização eram deterministas e ignoravam a capacidade do ator no nível micro, e sempre trataram o debate a partir de modelos padronizados no nível macro, utilizando termos como *integração* e *submissão* e *autonomia* e *dependência*. Dessa forma, em ambas as abordagens, jamais houve lugar para destacar a capacidade de espaço de manobra dos atores para reações a partir de respostas coletivas e com relativa autonomia, como formar cooperativas, por exemplo. A partir disso, para definir estilos de agricultura, Ploeg (1994) procurou associá-los aos termos de autonomia e dependência.

Para Ploeg (1994), os estilos de agricultura podem ser definidos de vários pontos de vista, e estiveram sempre articulados ao seu caráter diversificado e tradicional pelas dimensões da identidade, da cultura e da localidade. Segundo Ploeg (1994, p. 17, tradução nossa),

[...] o estilo de agricultura (*styles of farming*) é na verdade um complexo, ou seja, um conjunto integrado de noções, normas, conhecimentos, experiências, etc., apreendido por um grupo de agricultores em uma região específica, e que descreve o modo com que a *práxis* da agricultura é levada adiante.

Diante desta definição, percebe-se que a construção inicial faz referência às diferenças inter-regionais, mas, em análise mais recente, Ploeg (2003) define estilos de agricultura como algumas das muitas respostas, ou estratégias, de caráter endógeno, como alternativas de distanciamento do mercado, ou da dependência de modelos exógenos baseados nos princípios da economia agrícola da modernização,

agora em um ambiente de globalização. Assim, existindo especificidades locais e regionais, nota-se que determinado estilo de agricultura pode expressar tanto limitações como possibilidades para se ajustar diante das exigências da dinâmica de desenvolvimento rural. Percebido da perspectiva do desenvolvimento rural, conforme Saccomandi (1998), sendo o estilo de agricultura, uma estratégia de reação a escolha do agricultor será *comprar* mais de fora, o que levará a dinâmicas mais exógenas e dependentes, de pouca autonomia e diversificação. Mas, sendo uma estratégia de adaptação, onde ele escolhe inovar e *fazer* internamente, a tendência é o surgimento de dinâmicas econômicas com padrões mais endógenos, maior autonomia e diversificação. Na verdade, os estilos de agricultura representam, de um lado, uma proposta para definir padrões de agricultura familiar através da tecnologia e do compartilhamento de mercados e, de outro lado, servir para determinar o grau de mercantilização na agricultura.

Para Ploeg (1994), os estilos de agricultura representam diferentes práticas internas na propriedade que emergem como uma tentativa de diversificação e de *reconexão* da agricultura com a natureza, ou uma estratégia de localização em resposta ao avanço da lógica padronizante que tem gerado *desconexões* e, conforme Goodman; Sorj e Wilkinson (1990), um processo de artificialização da agricultura. Esta perspectiva dá importância às interações entre os diversos atores e instituições permitindo, conforme Saccomandi (1998), uma compreensão das diferentes escolhas e respostas locais a uma determinada realidade, direcionando a uma análise das estratégias a partir “de baixo”, que fazem com que a produção rural permaneça diversificada e heterogênea. O fundamental é ter claro que a constituição de um estilo de agricultura é o resultado de articulações entre o interior da unidade produtiva e o seu ambiente externo (mercados globalizados), desconsiderando-se qualquer situação de total autonomia ou dependência de uma esfera em relação à outra. A ênfase no desenvolvimento endógeno, em um ambiente de globalização e onde é importante o papel da tecnologia e do mercado (a mercantilização e os estilos de agricultura), faz com que Ploeg (1994) destaque, na análise, o papel das instituições.

Combinando a perspectiva institucional, Ploeg e Saccomandi (1995) apontam que, caso não haja um arranjo institucional capaz de regular os processos intensos de mercantilização, a tendência é a emergência de dinâmicas econômicas distintas e diversificadas num espaço com desenvolvimento cada vez mais desigual. Por isso, a afirmação é de que é através dos processos produtivos particulares em sistemas tradicionais que os diferentes estilos de agricultura são reproduzidos, e esses são estratégias de reação por parte dos atores locais às forças padronizantes da globalização. E essas estratégias se fundamentam na defesa de uma lógica de desenvolvimento rural norteadas pela transição de um modelo exógeno e especializado, para um modelo capaz de valorizar a diversificação econômica a partir de dinâmicas regionais mais endógenas. Com isso, é necessário instituições que auxiliem os agricultores familiares nas suas estratégias quanto à escolha de *fazer* ou *comprar*, considerando suas articulações em um ambiente de conflito para a construção do desenvolvimento rural.

2 – METODOLOGIA

Aqui, se propõe um estudo comparativo para analisar a diversificação econômica do desenvolvimento rural a partir de três dinâmicas regionais do Polo Assu-Mossoró, no Rio Grande do Norte: os Municípios de *Alto do Rodrigues*, *Baraúna* e *Serra do Mel*. Com a escolha destas três dinâmicas, estruturalmente diferenciadas e resultados da implantação de políticas para a agricultura, identificamos elementos comuns quanto ao que se define como desenvolvimento rural, além de fatores que estimulam ou limitam o desenvolvimento. As dinâmicas são tomadas aqui para mostrar que, do mesmo ponto de partida (importância da agricultura familiar, da modernização agrícola, recursos naturais abundantes, vantagens fiscais, terra e força de trabalho etc.), a definição das escolhas pode levar a estratégias que produzem resultados diferentes. De forma objetiva, buscar-se-ão variações que se apresentam como consequência das escolhas, estratégias e dos resultados, capazes de caracterizar semelhanças e diferenças entre as dinâmicas regionais.

Quanto à definição da amostra, devido à necessidade de comparar as três dinâmicas regionais do Polo Assu-Mossoró separadamente, ou seja, Alto do Rodrigues, Baraúna, e Serra do Mel, o cálculo amostral utilizado foi o de Tamanho Amostral para População, conforme a fórmula encontrada em Gil (1991):

$$n = \frac{1}{\left(\frac{r^2}{z^2 \cdot y^2} + \frac{1}{N} \right)}$$

Onde:

n = número de amostras;

r = erro-padrão de uma variável significativa da população;

z = grau de confiança (95%);

y = desvio-padrão de uma variável significativa da população;

N = número total de indivíduos da população considerada.

A justificativa para este cálculo é de que, de acordo com a teoria da amostragem, quando o tamanho amostral superar 5% do tamanho da população, a população é finita e exige este método. A partir do uso deste método, observa-se que o tamanho N da população influi no tamanho da amostra, fazendo com que esta última se apresente maior ou menor na proporção com a população.

Partindo desse princípio, a determinação da amostra para a pesquisa de campo ficou conforme mostra a Tabela 1. A amostragem seguiu a estratificação sistemática por comunidade, ou seja, os dados da população N por município, mas estratificado por localidade de tal forma que cada uma entrou com um número de amostras n (entrevistados) compatível com o seu tamanho, mantendo assim a aleatoriedade.

Dessa forma, em números gerais foi identificada uma população total de 2.489 estabelecimentos familiares, realizadas visitas em 63 comunidades rurais e entrevistadas 271 famílias de agricultores. E como se percebe, o tamanho N da população influi no tamanho da amostra n fazendo com que esta última se apresente maior ou menor na proporção com a população.

Tabela 1 – Universo, Número de Comunidades Pesquisadas e Amostra por Dinâmica (Município) Estudada

Total	Alto do Rodrigues	Baraúna	Serra do Mel
N = 2.489	N = 298	N = 995	N = 1.196
Comunidades = 63	Comunidades = 16	Comunidades = 25	Comunidades = 22
n = 271	n = 80	n = 90	n = 101

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

Para o tratamento das informações coletadas na pesquisa de campo, foi utilizado um Banco de Dados já formatado por ocasião da realização do projeto *Agricultura Familiar e Desenvolvimento Local no Sul do Brasil* executado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em conjunto com a Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), conforme Schneider e Anjos (2003). O ajuste da metodologia através dos questionários e do Banco de Dados para o ambiente da agricultura familiar da região Nordeste mostrou que o seu arranjo permitia estabelecer considerações acerca das escolhas e estratégias dos agricultores familiares e dos resultados obtidos a partir de dinâmicas regionais, permitindo, inclusive, analisar semelhanças e diferenças entre elas.

As variáveis analisadas são as que constituem as informações determinadas pela pesquisa de campo e privilegiam os seguintes blocos:

Bloco 1 – o domicílio: abordando questões sobre o número de membros da família, escolaridade, faixa etária, sexo etc.;

Bloco 2 – unidade produtiva: abordando questões sobre os fatores de produção – terra, capital e trabalho –, tamanho da propriedade, formas de obtenção, capital disponível etc.;

Bloco 3 – os processos de produção: abordando questões sobre tipos de cultivos, formas de alocar o trabalho da família e de contratados, tecnologia adotada e o autoconsumo;

Bloco 4 – o ambiente econômico e social: abordando questões sobre compra e venda de insumos e produtos, tipos de mercados acessados, instituições locais e regionais, custos de transação, localização, formas de pagamento, uso de crédito etc.;

Bloco 5 – a produção propriamente dita: abordando questões sobre volumes de produção, geração de renda monetária, proporções das rendas agrícolas e não-agrícolas, as formas de beneficiamento e a agregação de valor, quantidade vendida em relação à total etc.;

Bloco 6 – a racionalidade do agricultor: abordando questões sobre como realiza suas operações de investimento, planejamento, alocação dos fatores de produção etc.; e

Bloco 7 – representações sociais, culturais e simbólicas: questões sobre opiniões de ruralidade, valores, práticas sociais, instituições, comportamentos, sociabilidade etc.

Para analisar as três dinâmicas do Polo Assu-Mossoró, partiremos de princípios da Nova Economia Institucional para explicar os seus níveis de desenvolvimento rural pela lógica de encadeamentos da mercantilização e diferentes estilos de agricultura: se mais ou menos especializados ou diversificados. Para a prática, procuramos utilizar as informações obtidas na pesquisa de campo nas três dinâmicas considerando o ano agrícola de 2006.

3 – A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS: A TERRA E O FINANCIAMENTO

Um dos principais pontos do debate acerca do desenvolvimento rural diz respeito à forma como o agricultor familiar realiza suas combinações na relação entre tecnologia e mercados e constrói padrões que definem caminhos através da mercantilização e dos estilos de agricultura. Isso considerando a disponibilidade dos recursos locais e as estratégias elaboradas mediante escolhas individuais, conforme Saccomandi (1998), se afastando do mercado e

Tabela 2 – Valores Médios, Máximos e Mínimos da Área Total e Superfície Agrícola Útil (Sau em Ha.), dos Estabelecimentos Familiares Pesquisados por Município no Ano de 2006

Município	Área Total	Superfície Agrícola Útil - SAU ¹
Alto do Rodrigues		
Média	21,58	8,57
Mínimo	2,00	0,10
Máximo	88,00	45,00
Baraúna		
Média	22,17	9,32
Mínimo	2,00	0,10
Máximo	117,00	70,00
Serra do Mel		
Média	55,82	33,63
Mínimo	25,00	0,10
Máximo	250,00	216,00

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

fazendo internamente, ou se aproximando do mercado e preferindo *comprar* mais de fora. Quanto ao uso dos recursos, as dinâmicas apresentaram similaridades e diferenças em vários pontos. Como mostra a Tabela 2, Alto do Rodrigues e Baraúna se mostraram de certa forma semelhantes tanto no cálculo da média e do mínimo da área total como da superfície agrícola útil e diferente da estrutura de Serra do Mel.

Acredita-se que as semelhanças entre Alto do Rodrigues e Baraúna e suas diferenças com Serra do Mel são decorrentes da forma predominante de exploração da agricultura familiar. Nas primeiras, a pesquisa identificou uma forte presença da irrigação, o que naturalmente exige áreas menores, principalmente a explorada pela agricultura. O fato de Serra do Mel se apresentar com áreas maiores, inclusive a área agrícola útil, diz respeito tanto à formação homogênea de sua estrutura fundiária, com lotes de 50ha, como a exploração agrícola sem irrigação.³ Essas semelhanças

e diferenças entre as dinâmicas deixam pistas acerca do tipo de escolha tomada pelos agricultores familiares no nível local quando decidem empreender projetos produtivos, sejam estes coletivos ou individuais.

Como podemos ver na Tabela 3, os estratos de superfície agrícola útil mostram uma concentração considerável da área de até 10ha em Alto do Rodrigues e Baraúna, enquanto, em Serra do Mel, há uma maior distribuição, mas se concentrando nos estratos entre 20 e 40ha, afirmado a tabela anterior. A utilização da área é uma demonstração de como os agricultores familiares realizam combinações ajustando-se diante da estrutura existente e dos recursos disponíveis. No entanto, isso expressa como o conhecimento, seja através de técnicas tradicionais, modernas, ou ambas, é utilizado nas práticas diárias.

Nas três dinâmicas, a pesquisa constatou a presença de uma diversidade econômica resultante de técnicas variadas e específicas em cada dinâmica, as quais definem graus de mercantilização em diferentes tipos de estilos de agricultura, aqui lembrando Ploeg (1994). Alto do Rodrigues e Baraúna apresentaram algumas semelhanças por praticarem um padrão técnico mais especializado e exógeno onde predominam os fundamentos da economia política da modernização agrícola,

2 A Superfície Agrícola Útil (SAU), a qual é subtraída da Área Total, foi medida a partir da soma de todas as áreas da propriedade informadas pelo agricultor familiar, que foram exclusivamente utilizadas com a exploração de culturas agrícolas.

3 Conforme consta em Ortega; Nunes e Godeiro (2004), Serra do Mel originou de um projeto público de colonização, onde o Estado planejou e influenciou inclusive na disponibilidade dos recursos. No município de Serra do Mel tem, segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2007 em torno de 9.216 habitantes divididos em 23 vilas, e possui aproximadamente 2,5 milhões de pés de cajueiro plantados nos anos 1970. Em anos de chuvas regulares, a produção supera as

10 mil toneladas de castanha e mais de 80 mil toneladas de caju.

Tabela 3 – Estratos de Superfície Agrícola Útil (SAU) por Dinâmica no Ano de 2006 (%)

Estratos de SAU em hectares	Total	Alto do Rodrigues	Baraúna	Serra do Mel
0 a 10	51,29	75,00	74,44	11,88
Mais de 10 a 20	15,50	18,75	15,56	12,87
Mais de 20 a 30	12,55	5,00	6,67	23,76
Mais de 30 a 40	11,07	-	1,11	28,71
Mais de 40 a 50	5,90	1,25	-	14,85
Mais de 50	3,69	-	2,22	7,92
Total	100	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

apresentando, inclusive, relações de trabalho mais intensas. Entretanto, Serra do Mel se diferencia por ter desenvolvido um modelo mais endógeno e não-alinhado com os princípios da economia agrícola da modernização, onde o agricultor é mais livre e existem localmente poucas relações de trabalho.

Por terem escolhido o caminho do padrão da economia agrícola da modernização, Alto do Rodrigues e Baraúna desenvolveram estratégias onde a tecnologia utilizada e as formas de financiamento se tornaram características do modelo adotado. Essas dinâmicas regionais, a partir dos anos 1980 e 1990, realizaram tentativas de encadeamentos para frente e para trás, como forma de consolidar um modelo exportador baseado na fruticultura irrigada. Com isso, as principais estratégias levaram muito mais tempo para o uso intensivo de elementos externos, conduzindo à uma lógica exógena de elevada mercantilização a partir de estilos de agricultura mais especializados e mais dependentes do mercado. Do ponto de vista institucional, a escolha pela modernização agrícola nessas duas dinâmicas foi de preferência se aproximar do mercado e comprar de fora a fazer internamente. Por outro lado, Serra do Mel buscou construir um caminho de sentido diferente. Desde os anos 1980, essa dinâmica regional vem-se afastando da economia agrícola da modernização, empreendendo práticas mais endógenas por meio de técnicas tradicionais, que têm resultado na manutenção de uma importante base de recursos. A base de recursos, formada especialmente por tecnologias artesanais em uma integração de atividades para agregar valor à castanha de caju, é o que vem ajudando a sustentar as unidades de produção familiares. Essa base de recursos tem sido

construída e autocontrolada de certa forma que, numa relação tecnologia e mercados, o agricultor familiar constrói uma forma parcial de mercantilização em um estilo de agricultura mais integrado e relativamente autônomo. Da perspectiva institucional, a escolha em Serra do Mel foi de preferência se afastar gradualmente do mercado e fazer internamente a comprar de fora. E são esses modelos, alinhados ou não com a modernização, e predominantes nas três dinâmicas, que definem a finalidade dos financiamentos, conforme mostra o Gráfico 1.

A finalidade do financiamento identificado pela pesquisa nos três casos estudados mostra a maturidade da economia de cada uma das dinâmicas regionais, além da capacidade coletiva e da prática de uma instituição fundamental para o desenvolvimento: a cooperação. Em Alto do Rodrigues e Serra do Mel, os recursos destinados ao custeio superaram os para o investimento. Na primeira, pela sua maturidade econômica e, na segunda, além de certa maturidade, o que definiu os recursos para o custeio foi a existência de uma importante base de recursos e a capacidade de organização coletiva. Ao contrário, Baraúna seguiu outra direção pela falta das duas coisas. A pouca maturidade econômica se expressa em um município ainda em construção, onde assentamentos de reforma agrária e o relacionamento entre agricultores familiares e empresas na produção de frutas irrigadas para a exportação têm limitado o surgimento da organização coletiva e absorvido mais recurso para investimento.

Outro ponto que confirma essa lógica diz respeito às principais fontes acessadas no ano agrícola de 2006. Como mostra o Gráfico 2, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi o

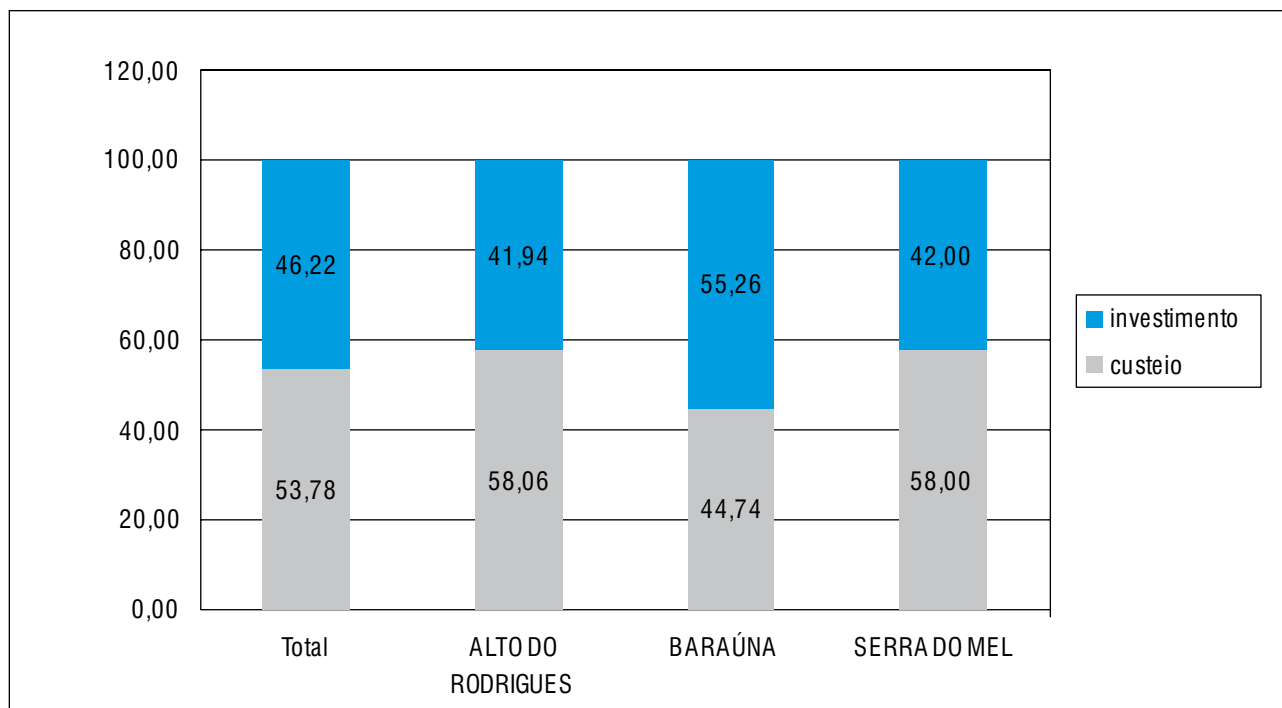


Gráfico 1 – Finalidade do Financiamento para a Agricultura Familiar por Dinâmica Pesquisada em 2006 (%)

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

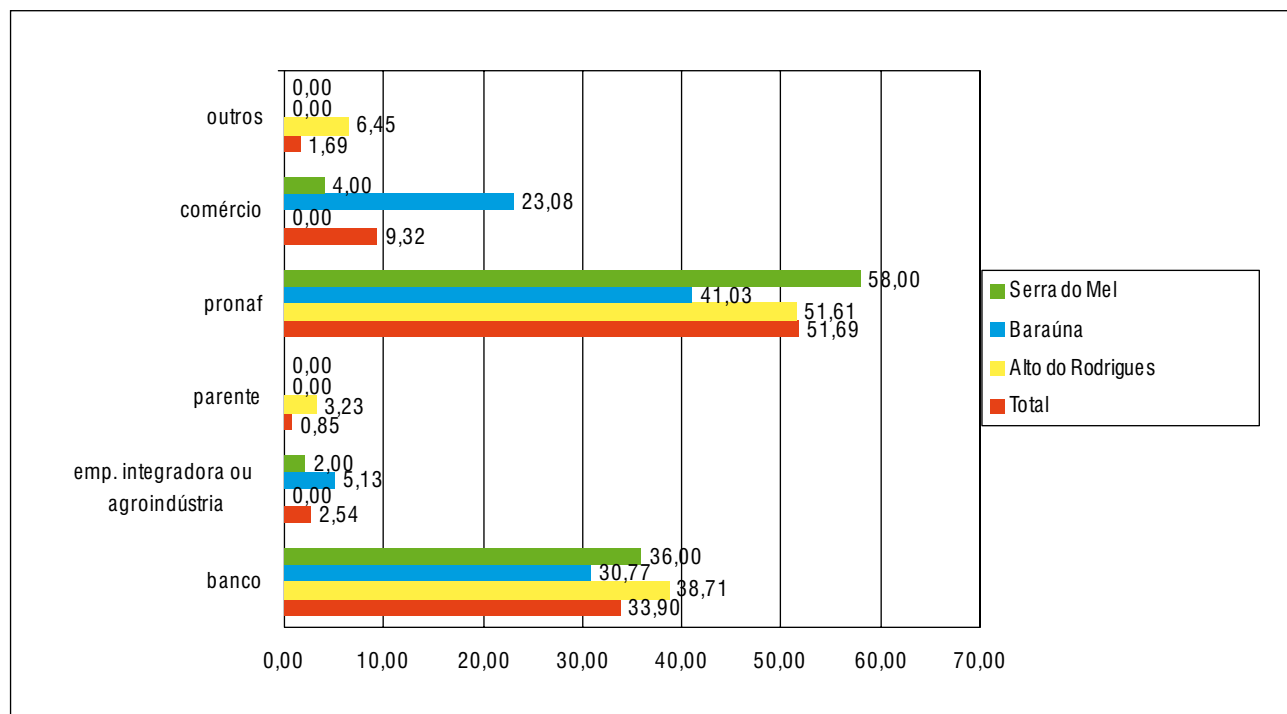


Gráfico 2 – Principais Fontes de Financiamento da Agricultura Familiar por Dinâmica Pesquisada em 2006

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

principal acesso, seguido de outras fontes oferecidas por bancos. E Serra do Mel, por possuir elementos favoráveis, foi a que mais obteve acesso, seguido por Alto do Rodrigues. Um dos pontos que chama a atenção nos resultados da pesquisa é o acesso a fontes como o comércio e empresas integradoras. Essa é uma característica encontrada em Baraúna devido ao elevado endividamento de grande parte dos agricultores familiares impedidos de acessar fontes oficiais, o que os forçou a obter recursos a preços mais elevados para cumprir acordos com as empresas, no relacionamento da integração,⁴ para produzir frutas irrigadas (especialmente melão) para a exportação. Esse acesso menor a fontes oficiais de crédito em Baraúna cria uma situação em que prevalecem níveis elevados de custos de transação, tornando a atividade dos agricultores familiares, já mercantilizada e dependente, cada vez mais inviável e vulnerável.

3.1 – A Tecnologia, o Trabalho e a Assistência Técnica

Numa tentativa de caracterizar a condição da agricultura familiar para efeito deste estudo, Ploeg (2008) coloca que o agricultor familiar está apto a produzir níveis crescentes de valor adicionado, ou de valor agregado. E é o foco no valor adicionado o que distingue o modo familiar de produção de outros modos.⁵ No modo familiar, segundo Ploeg (2008), a base de recursos não se separa de elementos opostos, a exemplo do capital e do trabalho, ou do trabalho mental e manual. Os recursos materiais e sociais disponíveis representam uma unidade orgânica e são controlados pelos atores diretamente envolvidos;

⁴ Esta foi uma experiência que ganhou destaque em Baraúna, principalmente a partir de 1997, onde, numa estratégia coordenada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)-RN, assentados de reforma agrária passaram a produzir frutas para a exportação (basicamente o melão) a partir da associação com grandes empresas agrícolas, especialmente a Maisa e a Frunorte. Essa associação foi encerrada deixando os assentados ainda mais pobres e com alto endividamento. Para mais detalhes, ver Gomes da Silva (2002); Nunes; Filippi e Godeiro (2006), entre outros.

⁵ Para Ploeg (2008), o modo de produção empresarial, por exemplo, está orientado mais para se apropriar dos recursos dos outros e drenar para fora da região o valor adicionado produzido por outros do que para produzir valor adicionado com os recursos disponíveis e reverter localmente em investimentos. Dessa forma, o modo de produção capitalista se concentra única e exclusivamente na geração de lucro, através da busca constante pela eficiência econômica, implicando numa redução do valor adicionado total.

e quanto ao ambiente institucional, a regulação é derivada do *repertório cultural*. Nesse ambiente é destacada a importância da artesanidade e da centralidade no trabalho familiar, onde sua intensidade deverá considerar elementos como a quantidade e a qualidade. (PLOEG, 2008).

Uma forte defesa de Ploeg (2008) é a de que a essa centralidade no trabalho familiar deverá associar três elementos: 1) a natureza das tecnologias aplicadas, as quais deverão ser orientadas no sentido contrário às das exógenas; 2) uma importância especial à intensificação e investimento no trabalho familiar, este visando níveis crescentes de qualidade; e 3) a produção de novidades tecnológicas que surgem com as necessidades de ajuste no processo de produção, onde é atribuído papel importante ao acompanhamento técnico. Considerando a tecnologia na associação entre estes três pontos, é no processo de mudança que ela se apresenta como um elemento importante, afetando o funcionamento da economia local e sendo a responsável pela alteração nas estruturas tanto no âmbito interno como externo da unidade de produção. Quanto ao uso de tecnologias por parte das três dinâmicas do Polo Assu-Mossoró, a pesquisa revelou semelhanças quanto a presença de modelos, porém com diferenças no desenvolvimento de processos. Considerando isso, apenas Alto do Rodrigues e Baraúna possuem pontos em comum no que diz respeito à tecnologia de irrigação. Entretanto, os números se mostram invertidos, se analisados pelo lado das respostas dos agricultores quando perguntados se possuíam ou utilizavam irrigação. Como mostra a Tabela 4, com 77,50% dos que responderam positivamente, Alto do Rodrigues se apresentou com maior nível de utilização da irrigação.

Tabela 4 – Possui ou Utiliza a Tecnologia de Irrigação (%)?

	Alto do Rodrigues	Baraúna	Serra do Mel
Sim	77,50	28,89	-
Não	22,50	71,11	100,00
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

Por outro lado, a agricultura familiar de Baraúna revelou utilizar esse padrão técnico em apenas 28,89% dos casos. Já em Serra do Mel, não foi encontrada a presença de atividades em áreas irrigadas.

A presença da irrigação em Alto do Rodrigues e em Baraúna revela o uso intensivo de tecnologias em estilos de agricultura especializados e mais dependentes do mercado, e o desenvolvimento da irrigação nas duas dinâmicas reflete, nas suas trajetórias, a importância que possuem seus recursos naturais e sociais disponíveis, tendo sido estes recursos responsáveis por uma tecnologia específica em cada dinâmica. Considerando a descrição de cada dinâmica individualmente, percebe-se que há certa diferença nos elementos que definem a diversidade do espaço rural e as intervenções externas (do Estado e da iniciativa privada) ao longo da história de Alto do Rodrigues e de Baraúna, o que pode sugerir uma explicação para o padrão tecnológico e para o desempenho da irrigação. Talvez, pela disponibilidade e certa facilidade no acesso a recursos naturais, como a água perene do rio e as terras férteis do Vale do Açu, Alto do Rodrigues já praticava, antes mesmo da chegada das políticas de modernização do Estado, algumas técnicas de irrigação, mesmo sendo estas artesanais, a exemplo do uso de moinhos de vento. Além disso, segundo Nunes; Ortega e Godeiro (2007), essa dinâmica começou a receber intervenções externas ainda nos anos 1980, pois Alto do Rodrigues foi o município do Vale do Açu que teve, em seu espaço, o maior número de programas governamentais destinados a modernizar a agricultura familiar.

Por outro lado, além de o desenvolvimento da tecnologia de irrigação ter acontecido mais tardiamente, a partir dos anos 1990, a forma de intervenção externa em Baraúna teve outra concepção e a disponibilidade de recursos naturais não se apresentou com a facilidade encontrada em Alto do Rodrigues. Ao contrário da intensa intervenção de concepção do Estado desenvolvimentista em Alto do Rodrigues, em Baraúna, aconteceu a partir da iniciativa privada e em um ambiente de globalização, esta estimulada por uma abertura de mercado e mobilidade de capital. E os recursos naturais em Baraúna, apesar da oferta de terras de excelente qualidade, a obtenção d'água para a irrigação se fazia possível apenas por

meio da perfuração de poços artesianos para acessar o aquífero subterrâneo. Nestes dois casos, a disponibilidade de recursos naturais e as intervenções externas, do Estado e da iniciativa privada influenciaram na definição da base técnica e na moldagem de um padrão exógeno. Trilhando um caminho de sentido diferente, até mesmo por não dispor de recursos naturais abundantes e por ter tido intervenções com concepções diferentes de desenvolvimento, Serra do Mel buscou desenvolver outro tipo de tecnologia.

Ao contrário de Alto do Rodrigues e Baraúna, Serra do Mel desenvolveu uma concepção de desenvolvimento a partir do planejamento no nível local. Com isso, as combinações no ambiente interno da unidade de produção previam a variável tecnológica associada com a disponibilidade de recursos naturais, com o processo de aprendizado de produção e com a divisão interna do trabalho entre os membros da família, ou a força de trabalho eventualmente contratada. Para o ambiente externo, as combinações previam certa aproximação com o mercado. Dessa forma, a ideia seria de conduzir o desenvolvimento rural numa relação entre tecnologia e mercados com certo nível de encadeamento, mas numa forma parcial de mercantilização em estilos de agricultura mais integrados e autônomos. A concepção do planejamento se configurou diferente por enfatizar o desenvolvimento endógeno, o que previa a manutenção da diversidade regional.

Na verdade, o planejamento consistiu na introdução de mudanças tecnológicas, no longo prazo, capazes de fazer com que o excedente gerado localmente não fosse totalmente drenado para setores de fora, como ocorre nos modelos exógenos. Além disso, possibilitou que os resultados da atividade se convertessem endogenamente em investimentos na própria estrutura de produção e reforçassem a base produtiva na busca de maiores rendimentos para os agricultores familiares. A tecnologia desenvolvida surgiu principalmente para o beneficiamento artesanal da castanha do caju, tendo sido necessário ajustá-la para o corte artesanal, de forma que as famílias desenvolvessem suas atividades em casa. A combinação entre vários fatores e existência de recursos no nível local (caju) contribuíram para que Serra do Mel desenvolvesse um padrão específico e ajustado às suas necessidades,

Tabela 5 – Existência de Agroindústria Familiar com Produção para a Venda (%)

	Total	Alto do Rodrigues	Baraúna	Serra do Mel
Sim	17,3	10,0	5,6	33,7
Não	82,7	90,0	94,4	66,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

tendo isso refletido nos números da pesquisa. Como mostra a Tabela 5, 33,7% dos agricultores familiares que responderam positivamente, foi a dinâmica com o maior número de casos de participação em atividades de agroindústria familiar.

Nas formas de utilização dos recursos, os movimentos de aproximação com os mercados tendem a variar na mesma proporção dos graus diferenciados de produção material. Considerando a variabilidade nas dinâmicas econômicas do Polo Assu-Mossoró, é de considerar, nesses movimentos de aproximação ou distanciamento dos mercados, o importante papel da utilização do trabalho familiar. Essa intensificação, ou *labour-driven intensification*, implica em um constante acréscimo na produção, devido a um maior rendimento por objeto de trabalho. Do ponto de vista técnico, esse rendimento aumenta com o uso crescente de insumos e fatores de produção por objeto de trabalho, ou eficiência técnica melhorada. Neste sentido, *a chave para rendimentos crescentes é a quantidade e a qualidade de trabalho*. (PLOGG, 2008).

Uma característica da agricultura familiar é o seu fortalecimento ocorrer com a intensificação do trabalho. No entanto, isso a partir das ações, no nível micro, baseadas na organização coletiva e acesso a mercados, porém levando em conta a necessidade de preservar a liberdade e a autonomia dos agricultores. A perspectiva de uma agricultura familiar relativamente contrária, mas, por outro lado, compatível com o mercado e a acumulação capitalista, possui uma contribuição expressiva. O principal ponto de incompatibilidade encontra-se especialmente no fato de que, em algumas dinâmicas, a modernização tem sido difundida de tal maneira que a combinação do que é produzido para consumir com o que se produz para

vender pouco depende do número de membros nas famílias ou da sua capacidade de trabalho.

Nesse sentido, numa comparação entre as dinâmicas do Polo Assu-Mossoró, nota-se que a diferenciação entre elas acontece quase que exclusivamente pelas combinações em modelos que escolheram a economia agrícola da aproximação ou o desenvolvimento rural do afastamento do mercado. Para analisar as características de cada dinâmica regional, são mostradas as principais formas de utilização do trabalho e será considerado o cálculo da Unidade Trabalho Homem (UTH).⁶ A avaliação do trabalho familiar disponível e do trabalho contratado é muito importante para que seja compreendido: a) o tipo de ocupação; b) o tempo de trabalho; e c) a origem da força de trabalho. O primeiro será fundamental para definir o tipo de renda; o segundo fornece uma ideia da dedicação ao tipo de ocupação e à disponibilidade potencial da força de trabalho para subsidiar qualquer proposta que busque sua otimização; e, por fim, o último é importante para definir quanto do trabalho tem origem na família ou trabalho contratado.

Baseando-se nas principais formas de organização do trabalho das dinâmicas regionais, pode até ser possível, a partir da análise da UTH, perceber qual das dinâmicas se caracterizou como a que mais utiliza força de trabalho contratada. Além desta, qual a que mais intensificou trabalho familiar no interior da unidade produtiva e, finalmente, qual delas foi menos empregadora e utilizou o trabalho familiar forçando membros da família a buscar emprego fora da propriedade. Analisando dados da pesquisa, constatou-se que, sobre a capacidade de atuar no mercado de trabalho rural, cada dinâmica definiu uma trajetória particular. A Tabela 6 mostra que a dinâmica de Alto do Rodrigues foi a que se apresentou com maior capacidade de utilizar trabalho contratado, conseguindo empregar uma

⁶ A Unidade Trabalho Homem, ou UTH, segundo Lima et al. (1995), constitui uma unidade de medida utilizada para mensurar a quantidade de trabalho, sendo que uma UTH corresponde a 300 dias de trabalho de 8 horas diárias de uma pessoa adulta com idade entre 18 e 59 anos. Para calcular a UTH, considera-se que crianças de 7 a 13 anos correspondem a 0,5 UTH; jovens de 14 a 17 a 0,65 UTH; adultos entre 18 a 59 valem 1 UTH cheia, e agricultores familiares com mais de 60 anos correspondem a 0,75 UTH.

Tabela 6 – Características e Formas de Utilização da Força de Trabalho na Propriedade por Dinâmica em 2006

	Alto do Rodrigues	Baraúna	Serra do Mel
UTH Contratada			
Média	2,11	0,63	0,67
Mínimo	0,00	0,00	0,00
Máximo	10,60	4,80	8,00
UTH Agrícola Fora da UP			
Média	0,07	0,29	0,02
Mínimo	0,00	0,00	0,00
Máximo	1,00	3,00	0,60
UTH Agrícola Familiar			
Média	2,47	2,94	3,21
Mínimo	0,30	0,50	0,40
Máximo	7,65	9,80	8,30
UTH Total			
Média	5,35	4,21	4,48
Mínimo	0,90	0,78	1,50
Máximo	11,75	12,50	11,00

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

média e um máximo maiores de UTHs, o que corresponde a 2,11 e 10,60 UTHs no ano agrícola, respectivamente. Enquanto isso, a dinâmica de Baraúna foi a que teve o pior desempenho como empregadora, ou seja, utilizou uma média de apenas 0,67 UTH, revelando-se, a partir do outro extremo, como a dinâmica em que seus agricultores mais precisaram procurar trabalho fora da propriedade, ou seja, uma média de 0,29 UTH. Em um sentido diferente, a dinâmica de Serra do Mel foi a que mais utilizou sua força de trabalho familiar no interior da unidade de produção, atingindo uma média de 3,21 UTHs por ano, ao contrário de Alto do Rodrigues que obteve a menor média, de 2,47 UTHs no ano.

Na verdade, o que a tabela acima revela é uma diferença quanto às escolhas de utilização da força de trabalho, onde as dinâmicas com maior intensificação do trabalho assalariado ocupam os extremos, seja com uma agricultura familiar mais empregadora ou que força membros da família a buscar emprego fora. Por outro lado, a que escolheu não intensificar o trabalho assalariado, inclusive no seu arranjo institucional inexistente sindicatos, foi a que apresentou os números intermediários. Neste sentido, Serra do Mel é a que

se mostra mais compatível com a estratégia de intensificação do trabalho familiar definida por Ploeg (2008) de *labour-driven intensification*

Este tipo de utilização do trabalho dá forma a um ciclo onde a qualidade do trabalho é cada vez mais aprimorada, constituindo um ambiente em que se faz necessário a presença dos serviços de acompanhamento técnico. Isso porque, do ponto de vista institucional, o agricultor familiar, na definição da sua escolha, pode preferir *fazer* mais utilizando mais elementos internos e intensificar o trabalho familiar e seu conhecimento adquirido por gerações, ou *comprar* tecnologias externas e conhecimento científico determinando uma diferenciação por meio de graus variados de mercantilização. E tanto a forma de obtenção e de utilização da terra como dos recursos financeiros vêm refletir o desempenho de cada dinâmica e constroem, com isso, uma relação com os níveis de satisfação dos agricultores familiares quanto aos serviços de assistência técnica, especialmente os oferecidos pelo Estado através da Emater.

Como percebido no Gráfico 3, Baraúna apresentou a dinâmica mais insatisfeita, ao

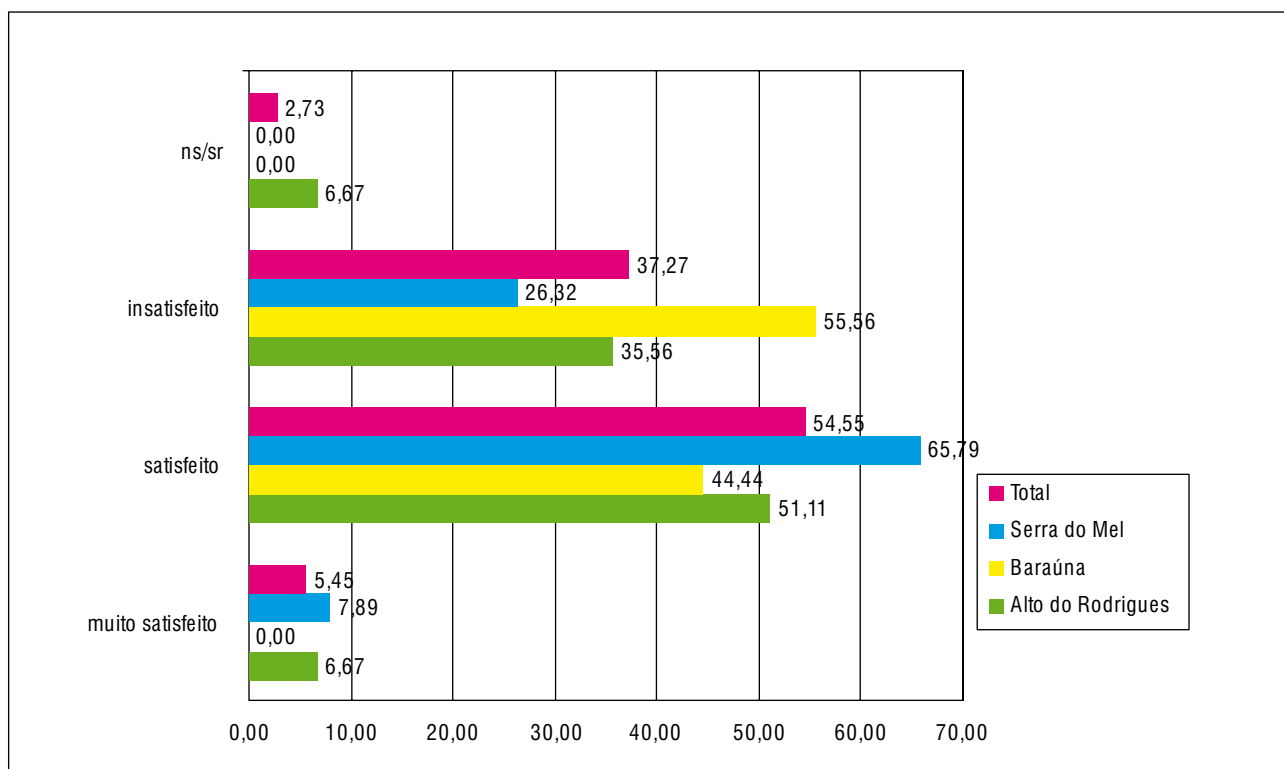


Gráfico 3 – Nível de Satisfação em relação à Assistência Técnica Recebida da Emater em 2006? (Em %)

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

contrário do que foi Serra do Mel, seguida de Alto do Rodrigues. Em Baraúna, isso pode ser ainda o resultado da ação massiva de Organizações Não Governamentais (ONGs) que passaram prestar esse serviço a partir de 1997, numa tentativa fracassada de implantar um modelo exógeno de modernização através do estímulo à integração entre assentados da reforma agrária e empresas agrícolas. Tomando o sentido inverso, Serra do Mel e Alto do Rodrigues se declararam as mais satisfeitas.

As formas de utilização dos recursos, como demonstrado, tendem a determinar o desempenho de cada dinâmica e a definir as escolhas que os agricultores familiares fazem tendo em vista a elaboração de suas estratégias de produção e reprodução. Essas estratégias, as quais, para Ploeg e Saccomandi (1995), podem ser de reação ou de adaptação por parte dos agricultores familiares, determinam a relação entre dependência e autonomia, modelam a agricultura e constroem a heterogeneidade da diversidade regional.

3.2 – A Elaboração das Estratégias: Organização e Tipos de Inserção no Mercado

Como coloca Ploeg (2008), a principal característica do agricultor familiar é a sua luta constante pela autonomia e para permanecer livre. Particularmente, isso diz respeito à possibilidade de criar e manter, conforme Long (1985), uma *margin de manobra* nos níveis local e regional e, numa era de globalização, essa luta vai muito além das decisões dentro da unidade de produção, além do sistema produtivo. E quando da necessidade de enfrentar um ambiente natural hostil, o que é comum no segmento da agricultura familiar, instituições, a exemplo da cooperação, são fundamentais para os agricultores. Concordando com North (1990) e Saccomandi (1998), a luta por autonomia e liberdade se estende além do nível individual. Elas são muitas vezes construídas no nível mais alto de agregação, como ocorreu com o surgimento das primeiras cooperativas na Europa do século XIX, o que passou a ocorrer logo depois nas regiões mais desenvolvidas do mundo. E nesse

caso, a autonomia e a base de recursos, como define Ploeg (2008), sempre representaram o sustentáculo maior do sistema econômico e social da agricultura familiar e o instrumento capaz de manter a liberdade em um ambiente hostil, como é o ambiente natural e o do sistema capitalista. E são as escolhas dos atores, considerando suas capacidades e cultura, que levam a estratégias onde as formas de organização coletiva e de inserção nos mercados, que definem a relação entre o sistema de produção e o ambiente social e constroem trajetórias no tempo e no espaço.

3.3 – Formas de Organização Econômica e Social

No Polo Assu-Mossoró, as formas de organização e a capacidade de inserção variam a cada dinâmica, devido às suas próprias escolhas, especificidades e história. A Tabela 7 mostra como se manifesta a organização coletiva nas dinâmicas, com destaque para o associativismo, cooperativismo e o sindicalismo rural. A estrutura organizativa se expressa mais comumente com as associações, mas o seu surgimento se deu muito mais por interferência externa, sendo requisito para o recebimento de recursos de algumas políticas públicas, do que por iniciativa local para solucionar problemas coletivos. Quando se trata de cooperativas, a pesquisa identificou cinco delas nas três dinâmicas, mas apenas uma criada pelos agricultores familiares funcionando,⁷ o que afirma, como na Tabela 7, uma maior participação

do cooperativismo em Serra do Mel. E o sindicalismo rural, este mais forte em Baraúna, revela o resultado de lutas pela reforma agrária no município e por melhores salários nas relações de trabalho com as empresas produtoras de frutas irrigadas.

As formas de organização sinalizam sobre o relacionamento entre atores e organizações a partir do que North (1990) e Putnam (1993) definem como a instituição essencial para a cooperação a confiança. Mas, para haver a cooperação, conforme Putnam (1993), é preciso não só confiar em outras pessoas mas também acreditar que goza da confiança delas. A confiança tende a conduzir os atores ao melhor acesso às informações e a estratégias que incluem a criação de mecanismos coletivos, como as associações, cooperativas etc., capazes de melhorar o fluxo de informações para o bom desempenho das atividades. Como visto em Saccomandi (1998), isso ajuda a aumentar a autonomia e melhorar as relações entre os agricultores e mercados ajudando a fortalecer mercados locais e regionais e a reduzir os custos de transação. Questionados sobre o nível de confiança dos agricultores familiares nas organizações que atuam diretamente com eles, o resultado foi o que mostra a Tabela 8. Os maiores graus de confiança⁸ mais comuns encontrados foram para as entidades religiosas e a relação com os vizinhos.

Os resultados da pesquisa mostraram uma realidade ainda muito frágil para as três dinâmicas no que diz

Tabela 7 – Participação Econômica e Social da Família na Comunidade Local e no Município (%)*

Descrição	Total	Alto do Rodrigues	Baraúna	Serra do Mel
Associação comunitária de produtores	54,24	42,50	57,78	60,40
Cooperativas	32,47	36,25	18,89	41,58
Sindicato de trabalhadores	50,18	26,25	68,89	52,48
Associação de mulheres/clube de mães	10,33	3,75	18,89	7,92
Associação vinculada à igreja	29,52	18,75	30,00	37,62
Clube ligado ao lazer	10,70	16,25	11,11	5,94

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

* Não soma 100%.

7 Considerando a diferença entre organização e instituição em North (1990), podemos dizer que existem cinco organizações cooperativas, porém, em apenas uma, há minimamente a presença da instituição cooperação. Não basta criar apenas a organização, deve-se estimular e fazer existir a instituição.

8 Os resultados relacionados à confiança e credibilidade descritos na Tabela 8 foram obtidos a partir de uma questão onde prevaleceu a percepção dos agricultores familiares sobre em qual dos atores ou entidades com que se relacionam na comunidade mais confiam ou são deles merecedores de credibilidade. Daí, foi extraída a porcentagem para cada um dos itens por dinâmica (ou município) investigados no trabalho de pesquisa.

Tabela 8 – Nível de Confiança e Credibilidade entre Atores e Organizações por Dinâmica Pesquisada

Descrição	Total	Alto do Rodrigues	Baraúna	Serra do Mel
Técnicos da Emater	12,55	16,25	6,67	14,85
Pessoal da prefeitura	5,17	6,25	4,44	4,95
Vereadores do município	3,32	1,25	1,11	6,93
Dirigentes do sindicato	5,17	0,00	12,22	2,97
Pastor e/ou padre da igreja que frequenta	25,83	13,75	31,11	30,69
Técnicos de agroindústria e cooperativas	4,06	5,00	1,11	5,94
Compradores da produção agrícola	2,95	5,00	3,33	0,99
Vizinhos	24,35	26,25	21,11	25,74
Não sabe/sem resposta	16,61	26,25	18,89	6,93
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

respeito à articulação institucional tão necessária ao desenvolvimento. Os baixos níveis de confiança na maioria das organizações e entidades de apoio local tendem a tornar os mecanismos sociais de regulação cada vez mais fracos e sua população vulnerável. Essas organizações e entidades são essenciais como entes da ação coletiva na luta pela autonomia e liberdade da população local. Mas, para isso, faz-se necessário elas confiarem na população e, lembrando Putnam (1993), terem a certeza de que também gozam da confiança dela. É essa relação de confiança que se faz necessária para estimular a cooperação no ambiente institucional e tornar os agricultores mais fortes e confiantes diante de influências externas. Essas influências podem ser, por exemplo, crises econômicas, ou um projeto de modernização que venha desalojar pessoas, priorizando a entrada de empresas de fora para explorar a população e seus recursos locais. É uma articulação institucional baseada na confiança que fortalece o agricultor familiar livre e torna os membros da sua família dotados de mais autonomia para escolher como se inserir no mercado de trabalho, e não ser isso uma condição imposta, comum em regiões pobres e desarticuladas.

3.4 – Oportunidades de Trabalho: Atividades Agrícolas e Não-agrícolas

As formas de inserção de membros da família no mercado de trabalho são, muitas vezes, o resultado da articulação institucional local ou da transformação

da agricultura pela modernização.⁹ No Polo Assu-Mossoró, a estratégia de membros da família de buscar oportunidades agrícolas e rurais não-agrícolas fora da unidade de produção varia a cada dinâmica estudada. Em Alto do Rodrigues e Baraúna, a pesquisa identificou uma situação em que, na primeira, essa estratégia partia de uma economia rural mais superavitária, onde a inserção em ocupações fora da propriedade se dava mais com o interesse de diversificar as fontes monetárias. Já na segunda, a mesma estratégia ocorria em uma economia rural mais deficitária, onde a busca de oportunidades fora da unidade de produção acontecia mais pela sobrevivência. Como mostra a Tabela 9, quanto à diversidade intersetorial,¹⁰ essas duas dinâmicas apresentam semelhanças quanto a participação nos setores comércio e serviços públicos. Mas é nos serviços pessoais, constituídos por atividades de baixa remuneração, como trabalho

9 Diferentemente do caso brasileiro, como nos países ricos da Europa e Estados Unidos, trata-se de uma situação onde foi a elevação do custo de oportunidade do trabalho a variável-chave no processo de transformação da agricultura. E a expansão das ocupações não-agrícolas representou uma estratégia visando aumentar a renda do agricultor familiar, à medida que o progresso técnico dispensava naturalmente o trabalho no campo de parte dos membros da família.

10 A participação relativa das atividades nos estabelecimentos familiares se refere à interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas, a qual gera a pluriatividade. Esta interação tende a ser mais intensa, à medida que mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente socioeconômico em que estiverem inseridos. Os resultados foram obtidos a partir do percentual dos membros que trabalharam fora da propriedade em atividades não-agrícolas num período acima de 3 (três) meses do ano agrícola, ou seja, 2006.

Tabela 9 – Setores das Atividades Rurais Não-agrícolas Acessados por Membros da Família em 2006 (em %)

Setor	Alto do Rodrigues	Baraúna	Serra do Mel	Total
Indústria	6,25	5,56	0,00	3,28
Comércio	21,88	25,00	8,43	16,39
Serviços auxiliares	15,63	5,56	1,20	7,10
Construção civil	14,06	8,33	2,41	7,65
Transporte	3,13	0,00	7,23	4,37
Comunicação	0,00	0,00	1,20	0,55
Serviço público	31,25	27,78	22,89	26,78
Serviços pessoais	7,81	27,78	4,82	10,38
Agroindústria familiar	0,00	0,00	51,81	23,50
Totais	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

doméstico, trabalho agrícola etc., que Baraúna tem maior participação.

Quanto a Serra do Mel, apenas a participação do setor serviços públicos se mostra semelhante às outras. Porém, é a transformação artesanal da castanha do caju realizada por uma agroindústria de caráter familiar que gera metade das ocupações fora da propriedade. O fato de ser um município de estrutura fundiária homogênea (constituído de lotes de 50ha) e não possuir indústrias ou grandes propriedades, a atividade econômica principal coordenada pelo cooperativismo tem sido desenvolvida de certa forma integrada e mais horizontal. Essa estratégia tem como finalidade a agregação de valor buscando executar as três fases — produção agrícola, agroindústria familiar e comercialização — numa integração de atividades que tem trazido resultados significativos para os agricultores familiares. Aqui, a inserção de membros da família em atividades rurais não-agrícolas acontece com mais autonomia, sem partir de uma base vertical mais superavitária, a exemplo de Alto do Rodrigues, nem ser uma condição imposta pela busca da sobrevivência, como Baraúna.

3.5 – A Pluriatividade

A inserção de membros da família no mercado de trabalho gera combinações entre a unidade de produção e o mercado, revelando-se uma estratégia de produção e reprodução da agricultura familiar, estas

definidas por Schneider (2003) como pluriatividade.¹¹ Mais conhecida e discutida a partir dos países europeus, a pluriatividade tem sido vista mais como um ajuste das famílias às consequências do avanço das formas *produtivistas* no meio rural. Para os agricultores familiares, como definiu Ploeg (2008), essa estratégia, muitas vezes, é utilizada para o complemento da renda, mas também para obter fundos que permitem a eles investir na atividade agrícola. A sua generalização tem ocorrido especialmente em países e regiões mais desenvolvidos, com destaque para a região Sul no Brasil (SCHEIDER, 1999, 2003), a partir de uma tendência recente de depreciação do padrão de acumulação capitalista que se difunde nos mercados de trabalho. No Polo Assu-Mossoró, a pesquisa identificou formas específicas desse fenômeno. Conforme os tipos de atividade laboral mostrados na Tabela 10, na comparação das dinâmicas, apenas as famílias exclusivamente agrícolas, as monoativas, mostraram níveis aproximados.

Considerando a combinação por parte de membros de uma mesma família de uma ou mais atividades não-agrícolas ou atividade ligada ao setor agrícola fora da propriedade temos uma aproximação

¹¹ Para uma definição deste fenômeno, Schneider (2003) coloca que a pluriatividade ocorre a partir da combinação do exercício (por parte de membros de uma mesma família) de uma ou mais atividades não-agrícolas ou atividade ligada ao setor agrícola, mas fora da propriedade, seja na forma de prestação de serviços ou assalariamento, sendo estas atividades exercidas por pelo menos um membro da família.

Tabela 10 – Indicador de Pluriatividade (%) dos Três Estudos de Caso

	Total	Alto do Rodrigues	Baraúna	Serra do Mel
Agrícola Exclusivo (A)	44,65	43,75	41,11	48,51
Monoativo	44,65	43,75	41,11	48,51
Pluriativo (B)	55,35	56,25	58,89	51,49
Base agrária	18,45	6,25	27,78	19,80
Base Não-agrícola	36,90	50,00	31,11	31,68
Total (A + B)	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

dos níveis, porém, no que diz respeito às atividades de base agrária e de base não-agrícola, os resultados diferem para cada dinâmica. Analisando os números dos pluriativos de base agrária, chama a atenção o nível mais elevado de Baraúna, 27,78%, o que tende a afirmar análises anteriores de que em uma economia rural deficitária membros da família são forçados a buscar a sobrevivência em outras propriedades. O caso de Baraúna aponta principalmente para a contratação temporária de agricultores familiares por parte de empresas na produção do melão. No sentido inverso, Alto do Rodrigues tem, nas atividades de base não-agrícola, o seu maior nível de participação, ou seja, 50%, vindo também confirmar análises anteriores que a apontam como uma economia rural mais dinâmica e superavitária. E finalmente, de uma forma mais equilibrada, Serra do Mel mostra uma dinâmica intermediária na elaboração de estratégias como a pluriatividade.

3.6 – Uma Análise Comparativa dos Resultados

Como é percebido, até o item anterior, analisamos, de forma comparada, as formas como os agricultores familiares das três dinâmicas regionais do Polo Assu-Mossoró utilizam os recursos disponíveis e quais escolhas e estratégias elaboram, tendo em vista a produção econômica e sua reprodução social. Diante disso, podemos crer que os resultados dessas escolhas e estratégias sejam padrões que, a partir da influência do ambiente institucional e políticas, definem caminhos específicos de desenvolvimento regional. Com isso, o espaço regional é modelado e se torna cada vez mais heterogêneo e diversificado, devido ao surgimento de graus de mercantilização em diferentes tipos de estilos de agricultura. De forma concreta, os resultados podem ser traduzidos tanto

pelo lado econômico, como rendas, consumo etc., quanto pelo lado social e institucional, como níveis de autonomia e dependência e certa definição sobre ruralidade e futuro.

Renda rural: [renda agrícola e não-agrícola, aposentadorias e pensões, além de outras rendas (aluguês, *royalties* etc.)]

A análise sobre rendas no meio rural sempre foi uma tarefa não muito simples para o pesquisador. Entretanto, a sua demonstração se faz importante por representar um resultado econômico que, de certa forma, ajuda a compreender como os agricultores familiares de cada dinâmica fizeram suas escolhas e elaboraram estratégias a partir dos recursos disponíveis. Na composição da renda total, como mostrado na Tabela 11, podemos notar um ponto comum a cada dinâmica, quanto a uma maior participação das rendas agrícolas, não-agrícolas e das transferências sociais. Por outro lado, chama a atenção para os 8,53% da *renda de outras fontes* para Alto do Rodrigues, e 10,56% de *outras rendas do trabalho* para Baraúna. Quanto aos primeiros, a pesquisa identificou que a sua formação vem de receitas de aluguéis e, especialmente, de *royalties* pagos pela Petrobras a agricultores familiares que tiveram petróleo encontrado na sua propriedade e têm poços em produção. E quanto aos segundos, de Baraúna, referem-se a rendas obtidas por membros da família em atividades rurais de baixa remuneração, mas importantes para a sobrevivência.

Nessa observação inicial, dá para perceber que há diferenças entre as três dinâmicas quanto à formação da renda, além de existirem especificidades que favorecem umas mais que outras independente da

Tabela 11 – Participação das Rendas na Composição da Renda Total (%)

	Renda Agrícola	Renda Não-agrícola	Renda de Outras Fontes	Transferências Sociais	Outras Rendas do Trabalho	Renda Total
Total	46,97	18,21	6,21	24,04	4,56	100,0
Alto do Rodrigues	50,47	20,38	8,53	18,45	2,18	100,0
Baraúna	36,62	18,68	4,87	28,87	10,96	100,0
Serra do Mel	46,82	13,81	2,68	31,61	5,08	100,0

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

Tabela 12 – Contribuição de Cada Município para o Volume Total de Rendas (%)

	Renda Agrícola	Renda Não-agrícola	Renda de Outras Fontes	Transferências Sociais	Outras Rendas do Trabalho	Renda Total
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Alto do Rodrigues	57,78	60,21	73,83	41,26	25,68	53,79
Baraúna	13,81	18,18	13,88	21,27	42,56	17,72
Serra do Mel	28,40	21,61	12,29	37,47	31,76	28,50

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

atividade agrícola. E o destaque para Alto do Rodrigues fica mais evidente quando comparamos o item *renda de outras fontes* na sua contribuição por município.

Como mostra a Tabela 12, esta dinâmica é responsável por 73,83% de todos os recursos que constituem essa renda. Da mesma forma é Baraúna, pois, no que diz respeito ao item *outras rendas do trabalho*, é responsável por 42,56% na comparação entre as três dinâmicas. Por outro lado, os números de Serra do

Mel seguem mais equilibrados na maioria dos itens, oscilando sempre entre Alto do Rodrigues e Baraúna.

Considerando a composição da renda total, os cálculos da média dos números apontam para uma economia rural mais madura e pujante em Alto do Rodrigues e uma maior fragilidade para a economia de Baraúna. O padrão de modernização que predomina em Alto do Rodrigues, somado à presença de organizações

Tabela 13 – Média, Mínimo e Máximo da Área Total e SAU (Em Ha), e Renda Total, Agrícola e CI (Em R\$)

Município	Área Total	SAU	Renda Total	Renda Agrícola	Consumo Intermediário
Alto do Rodrigues					
Média	21,58	8,57	42.741,88	21.570,36	21.018,71
Mínimo	2,00	0,10	-18.711,60	-54.746,74	14,77
Máximo	88,00	45,00	329.041,51	269.041,51	135.780,51
Baraúna					
Média	22,17	9,32	12.514,10	4.582,57	8.277,94
Mínimo	2,00	0,10	-118.330,48	-118.860,48	11,24
Máximo	117,00	70,00	168.845,07	143.045,07	150.477,73
Serra do Mel					
Média	55,82	33,63	17.938,54	8.398,38	4.950,33
Mínimo	25,00	0,10	-2.640,88	-13.540,88	42,88
Máximo	250,00	216,00	89.906,45	66.488,46	47.351,88

Fonte: Elaboração dos Autores a partir da Pesquisa de Campo Realizada em 2007.

como a Petrobras, tem contribuído para a elevação do produto e dos níveis de renda no meio rural. Já em Baraúna, mesmo predominando o mesmo padrão de modernização, a realidade se apresenta totalmente diferente. E como mostra a Tabela 13, tanto a renda total quanto a renda agrícola se apresentam, em Alto do Rodrigues, muito superiores às de Baraúna e Serra do Mel. Entretanto, mesmo possuindo uma média de área total e com praticamente a mesma área útil (SAL), a relação consumo intermediário x renda agrícola em Alto do Rodrigues e Baraúna mostra o reflexo da dinâmica da modernização agrícola, o que difere em Serra do Mel, que desenvolve um modelo diferente e não-alinhado com a modernização.

Como revelam os números acima, considerando o cálculo da média da renda e do consumo intermediário, Alto do Rodrigues e Baraúna apresentam as maiores rendas, porém, os mais elevados consumo intermediários das três dinâmicas. Para obter uma renda agrícola de R\$ 21.570,36, é preciso praticamente o mesmo consumo intermediário em Alto do Rodrigues, ou seja, 21.018,71. Em Baraúna a situação é mais grave: para uma renda agrícola de R\$ 4.582,57 se faz necessário um consumo intermediário duas vezes maior que essa renda agrícola, ou seja, 8.277,94. A situação mostrada na Tabela 9 sugere um retrato de modelos com elevada mercantilização que se baseiam em encadeamentos para trás e para frente, típicos dos polos de desenvolvimento como é o Polo Assu-Mossoró. Essa situação se apresenta semelhante ao que Ploeg (2006) define como *squeeze*, quando reflete o meio rural europeu, onde a agricultura encontra-se diante de um sério aperto (*squeeze*) mostrando que, do ponto de vista do aumento do produto, a modernização agrícola tem sido bem-sucedida. Entretanto, para Ploeg (2006), ela tem enfrentado limites quanto ao custo crescente de produção, como também com o seu retorno econômico e social para a região, os quais tornam este modelo cada vez mais questionado por muitas vezes não resultar em melhorias na vida de muitos agricultores e nem no desenvolvimento regional.

Por outro lado, os números sobre Serra do Mel mostram-se bem diferentes dos de Alto do Rodrigues e de Baraúna. Como podemos notar, o cálculo da média mostra a renda total e agrícola menores que da

primeira e maiores que da segunda dinâmica, porém, o que mais chama a atenção é o baixo consumo intermediário, ou seja, metade da renda agrícola. A situação de Serra do Mel se apresenta mais favorável em vários aspectos, talvez, devido à escolha de um caminho diferente das demais dinâmicas. Enquanto Alto do Rodrigues e Baraúna escolheram a aproximação do mercado e adotaram um modelo de modernização com uso elevado de insumos externos, daí o alto consumo intermediário, Serra do Mel escolheu, do ponto de vista institucional de Saccomandi (1998), afastar-se gradualmente do mercado e usar minimamente insumos externos, resultando em um menor consumo intermediário. Assim, as escolhas de cada dinâmica levaram a graus de mercantilização em estilos de agricultura mais especializados/diversificados, ou mais autônomos/dependentes.

3.7 – A Relação Autonomia X Dependência

Segundo Long (2001), o papel da mercantilização no processo de transformação da sociedade deve ser interpretado como uma escolha tanto à perspectiva leninista de diferenciação e de estrutura, como à chayanoviana, baseada na autonomia. Não é intenção dos autores, aqui, resgatar esse debate, e sim reforçar a perspectiva de que processos de diferenciação e mais autonomia ou dependência não necessariamente devam ser tomados como de total afastamento dos mercados e tampouco que esses mercados possam ser sinônimos de vulnerabilidade. Isso serve para a análise das três dinâmicas, análise essa que procuramos focar a partir de uma perspectiva mais institucional, como a de Saccomandi (1998), acreditando que os processos internos a cada dinâmica são resultados de escolhas, as quais são tomadas e estratégias são elaboradas em contextos particulares.

Nesse sentido, partindo da análise das trajetórias de Alto do Rodrigues, Baraúna e Serra do Mel, os dados apresentados acima levam a pistas que revelam o resultado das escolhas dos agricultores familiares, se de afastamento ou não dos mercados, ou se de dependência ou autonomia. Deixou transparecer durante o texto que a escolha pelo caminho da modernização ou, do ponto de vista institucional, preferir *comprar* de fora, como no caso de Alto do Rodrigues e de Baraúna, passou a caracterizá-las pelo elevado uso de insumos

externos, pela alta dependência e, naturalmente, certa vulnerabilidade. Da mesma forma, a escolha pelo caminho do afastamento do mercado, ou decidir integrar e *fazer* internamente com baixo uso de insumos externos, como defendido por Saccomandi (1998), passou a revelar Serra do Mel como uma dinâmica de desenvolvimento rural que alcançou certo nível de autonomia e, conseqüentemente, menor vulnerabilidade. E essa relação entre autonomia e dependência, ou de maior ou menor vulnerabilidade, além de explicar os níveis de encadeamentos da mercantilização, como em Marsden (1991), ajudam a explicar como se manifestam no interior das três dinâmicas, as representações sobre ruralidade e futuro quanto ao meio rural e à atividade da agricultura.

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante destacar que a finalidade deste artigo direcionou para a análise comparada do ponto de vista da economia política do desenvolvimento rural/regional de três dinâmicas regionais do Polo Assu-Mossoró, no Rio Grande do Norte: Alto do Rodrigues, Baraúna, e Serra do Mel. A partir da perspectiva institucional, buscou-se uma definição aproximada da mercantilização e dos estilos de agricultura, desenvolvendo a análise para identificar quais escolhas foram feitas ao longo do tempo, quais estratégias foram elaboradas e que resultados foram alcançados a partir da utilização dos recursos disponíveis. Constatou-se, portanto, que as dinâmicas que escolheram o caminho da modernização, da perspectiva institucional de imitar e *comprar* de fora a inovar e *fazer* internamente, e que desenvolveram encadeamentos típicos da mercantilização (neste caso Alto do Rodrigues e Baraúna), passaram a se caracterizar pelo elevado uso de insumos externos em modelos exógenos, aproximando-se do mercado. Com isso, baseando-se na economia política do desenvolvimento rural, suas estratégias conduziram a resultados, como a elevada dependência e vulnerabilidade a fatores e influência externos. Por outro lado, a dinâmica regional que escolheu trilhar outro caminho e se afastar gradualmente do mercado, ou seja, preferir integrar, inovar e *fazer* internamente, o caso de Serra do Mel elaborou estratégias com base em um modelo mais endógeno que levou a um

resultado de relativa autonomia e mais liberdade dos agricultores familiares com relação ao mercado e outras entidades.

Concluindo, a análise constatou ainda que independente do caminho ou resultados alcançados a partir das políticas e estratégias, a maior parte dos agricultores familiares acredita na atividade agrícola como base de produção econômica. Isso expressa uma identidade característica do segmento da agricultura familiar que, mesmo com políticas regionais direcionadas pelo Estado, ainda, de forma insuficiente e desorganizada, se mantém ligada ao meio rural e à agricultura e faz disso a sua arte, a “arte de fazer agricultura”, como definiu van der Ploeg.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the agricultural economy and rural development by comparing the economic diversity of three regional dynamics of Polo Assu-Mossoró, Rio Grande do Norte (RN). For this, results were shown (economic and non-economic) from choices and strategies of family farmers at the local level and from the ways they collect and use available resources and share markets. The methodology consisted on the comparison of the regional dynamics using the principles of institutional economics to interpret the commercialization and styles of agriculture, from a survey conducted with 271 families of farmers in Alto do Rodrigues, Baraúna and Serra do Mel. The hypothesis is that the dynamic that chose the modernization path was characterized as high commercialization and specialized and dependents styles of agriculture. And the one which chose the gradual withdrawal of market became, in time, more autonomous and less vulnerable to external influences. In the search of a relatively autonomous development and mediated by institutions, it concludes that the analysis in this article becomes relevant in the search for a different look to the current debate surrounding the development of the Northeast.

KEY WORDS

Regional Development. Institutions. Diversity. Familiar Agriculture.

REFERÊNCIAS

COASE, R. The nature of the firm. In: _____. **The firm, the market and the law**. Chicago: University of the Chicago Press, 1937.

EATON, D.; MEIJERINK, G. **Markets, institutional change and the new agenda for agriculture**: markets, chains and sustainable development strategy and policy. [S.l.], 2007. (Paper, n. 4). Disponível em: <<http://www.boci.wur.nl/UK/Publications/>>. Acesso em: 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 159 p.

GOMES DA SILVA, A. Meio rural: o espaço da exclusão?. In: VALENÇA, M. M.; GOMES, R. (Org.). **Globalização e desigualdade**. Natal: A.S. Editores, 2002. p. 162-176.

GOODMAN, D.; SORJ, B.; WILKINSON, J. **Da lavoura às biotecnologias**: agricultura e indústria no sistema internacional. Rio de Janeiro: Campus, 1990. 192 p.

LIMA, A. P. et al. **Administração da unidade de produção familiar**. Ijuí: UNIJUÍ, 1995. 175 p.

LONG, N. Creating space for change: a perspective on the sociology of development. **Sociologia Ruralis**, v. 24, n. 3/4, p. 168-184, 1985.

_____. **Development sociology**: actor perspectives. London: Routledge, 2001.

MARSDEN, T. K. Theoretical issues in the continuity of petty commodity production. In: WHATMORE, S.; LOWE, P.; MARSDEN, T. (Ed.). **Rural enterprise**: shifting perspectives on small-scale production. London: David Fulton Publishers, 1991.

NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. New York: Cambridge University Press, 1990. 152 p.

NUNES, E. M.; FILIPPI, E. E.; GODEIRO, K. F. Agronegócio, clusters e meio ambiente na economia

potiguar: visão crítica. In: ARRAES, R.; HERMANN, K. (Org.). **Distribuição de renda e políticas públicas no Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, 2006.

NUNES, E. M.; ORTEGA, A. C.; GODEIRO, K. F. Desenvolvimento rural em áreas de intervenção estatal do Nordeste: o caso do Projeto de Irrigação Baixo-Açu (RN). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 446-465, 2007.

ORTEGA, A. C.; NUNES, E. M.; GODEIRO, K. F. Características e limites de uma experiência de desenvolvimento rural: o caso de Serra do Mel. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 35, n. 4, p. 445-464, 2004.

PLOEG J. D. The new peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an era of empire and globalization. London: Earthscan, 2008.

_____. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

_____. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: GUZMAN, E. S.; MOLINA, M. G. de. (Ed.). **Ecología, campesinado y historia**. Madrid: La Piqueta, 1993. p. 153-195.

_____. Styles of farming: an introductory note on concepts and methodology. In: PLOEG, J. D. V.; LONG, N. **Born from within**: practices and perspectives of endogenous rural development. Assen Van: Gorcun, 1994.

_____. **The virtual farmer**: past, present and future of the Dutch peasantry. Assen: Van Gorcun, 2003.

PLOEG, J. D. V. D.; LONG, A. (Ed.) **Born from within**: practice and perspectives of endogenous rural development. Assen: Van Gorcun, 1994.

PLOEG, J. D.; SACCOMANDI, V. On impact of endogenous development in agriculture. In: PLOEG, J. D. V. D.; VAN DIJK, G. (Ed.). **Beyond**

modernization: the impact of endogenous development. Assen: Van Gorcum, 1995.

PUTNAM, R. D. **Making democracy work:** civic traditions in modern Italy. Princeton: Princeton University Press, 1993.

SACCOMANDI, V. **Agricultural market economics:** a neo-institutional analysis of the exchange, circulation and distribution of agricultural products. Assen: Van Gorcum, 1998.

SCHNEIDER, S.; ANJOS, F. S. dos. **AFDLP:** Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade: relatório final do projeto de pesquisa. Porto Alegre: UFPEL, 2003. p. 1-16. Chamada nº 004/2001 do

Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (CNPq), projeto concluído.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e industrialização:** pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

_____. **A pluriatividade na agricultura familiar.** Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

WILLIAMSON, O. E. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. *Journal of Economic Literature*, v. 38, p. 595-613, Sept. 2000.

Recebido para publicação em 17.06.2011.